



FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS PIAUIENSE - FACAPI
PÓLO – CAMPO MAIOR/ PI
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**DESAFIOS E REFLEXÕES ACERCA DO IDOSO ANALFABETO NO BRASIL: Uma
revisão literária**

VALDENE CARVALHO RIBEIRO

CAMPO MAIOR - PI

2023

VALDENE CARVALHO RIBEIRO

**DESAFIOS E REFLEXÕES ACERCA DO IDOSO ANALFABETO NO BRASIL: Uma
revisão literária**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito final para conclusão do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia do Instituto de Faculdade de
Ciências Aplicadas Piauiense – FACAPI.

**Orientador: Professor Mestre Adelaide Maria de
Sousa Costa**

CAMPO MAIOR - PI

2023

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO
À COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**DESAFIOS E REFLEXÕES ACERCA DO IDOSO ANALFABETO NO BRASIL: Uma
revisão literária**

VALDENE CARVALHO RIBEIRO

Banca Examinadora:

Prof.^o _____

Orientador Prof. Mestre Adelaide Maria de Sousa Costa

Prof.^a _____

Examinador (a)

Prof.^o _____

Examinador (a)

Dedico este trabalho a Deus, meus pais, meu irmão in memória e meus irmãos e professores que me deram toda a força e poder nesta longa caminhada e jornada de batalhas.

AGRADECIMENTO

A Deus, pela minha vida;

Aos meus pais e irmãos;

Aos professores;

A todos que colaboraram comigo durante esse percurso que julgo desafiador e importante.

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa “Educação de Jovens e Adultos: o significado da alfabetização de pessoas idosas”, resultante da identificação da problemática de que o analfabetismo constatado nos diferentes segmentos sociais, dentre eles o idoso, constitui-se num dos maiores desafios da sociedade em que vivemos. O objetivo desta investigação foi verificar as repercussões, no âmbito pessoal e social, do processo de alfabetização para pessoas idosas. A pesquisa de campo foi realizada em cinco instituições no município de São Paulo, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, com a aplicação de questionários e realização de entrevistas com alunos idosos e seus respectivos professores. As entrevistas se pautaram em roteiro pré-definido, contendo questões relativas à identificação dos sujeitos e aos significados que atribuem a essa vivência escolar. Os resultados confirmam a hipótese inicial de que a alfabetização promove transformações significativas na vida dos idosos, tornando-os capazes de participar mais ativamente na sociedade com uma visão crítica da realidade, além de ampliar sua sociabilidade e fortalecer relações de amizade. A alfabetização como parte essencial do processo educacional integra o conjunto dos direitos fundamentais de todos os seres humanos e, ao incluir os idosos, possibilita o exercício da cidadania e sua inserção na sociedade letrada contemporânea.

Palavras-Chave: Educação; alfabetização; inclusão social; idosos.

ABSTRACT

This study presents the results of the research " Youth and Adult Education: the significance of literacy for older people", resulting from the identification of problems that illiteracy found in different social segments, including the elderly, constitutes a major challenge society in which we live. The objective of this investigation was to assess the impact on personal and social context, of the process of literacy for older people. The field research was conducted in five institutions in São Paulo, from a qualitative approach, with the use of questionnaires and interviews with older students and their teachers. The interviews were based on pre-defined script containing questions relating to the identification of individuals and the meanings they attach to the school experience. The results confirm the initial hypothesis that literacy promotes significant changes in the lives of older people, enabling them to participate more actively in society with a critical view of reality, and to expand their sociability and strengthen friendly relations. Literacy as an essential part of the educational process, include the group of the fundamental rights of all humans, and to include the elderly, enables the exercise of citizenship and its place in contemporary literate society.

Keywords: Education; literacy; social inclusion; elderl

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	8
CAP II - REALIDADE BRASILEIRA E A QUESTÃO DO ANALFABETISMO.....	12
CAP III- O IDOSO E O ANALFABETISMO	16
3.1 A funcionalidade da educação.....	18
3.2 Educação, trabalho e velhice na sociedade capitalista	20
3.3 A educação e a dicotomia rural/urbano: analfabetismo, velhice e ruralidade	22
3.4 O analfabetismo e os analfabetos: faces e fases da exclusão educacional	27
3.5 - Envelhecimento e velhice.....	30
3.6 Velhice e educação.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

I - INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma grande evolução para a humanidade, mas configura conjuntamente com uma série de desafios. A tendência é que o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumente cada vez mais no mundo.

A população idosa impacta fortemente o Sistema Público de Saúde pela alta prevalência de doenças crônicas degenerativas e incapacitantes presentes atualmente (REZENDE; DIAS, 2008). Muitos impactos influenciam nas políticas públicas de atenção à saúde e alguns exemplos seriam a urbanização acelerada, a volta de doenças típicas julgadas erradicadas e o envelhecimento da população. Outro motivo que auxiliou no crescimento da população idosa em detrimento da população mais jovem foi a queda da taxa de natalidade (CARVALHO, 2003).

Além disso, o envelhecimento deve ser tratado de forma diferenciada dependendo da região do Brasil em que se está inserida e do contexto sócio-histórico e sociopolítico. O Brasil é um país em que o nível de pobreza é elevado e há uma alta desigualdade social (MOREIRA, 1997). É necessário criar a consciência de que a velhice não pode ser tratada como um todo. Existem particularidades dentro do próprio tema que levam à distinção e ao respeito às diferenças como idade, sexo, etnia, condições físicas e mentais, diferenças que não permitem uma intervenção uniforme, mas sim, um tratamento e proteção adequados para cada segmento (CAMARANO, 2002).

Esse processo de aumento da longevidade da população acontece de formas diferentes em países desenvolvidos ou em países em desenvolvimento. Neste primeiro, o envelhecimento populacional aconteceu agregado à melhor qualidade de vida, enquanto neste segundo aconteceu de forma rápida e destituída de uma organização social e saúde adequada, sem conseguir atender às novas demandas emergentes (COSTA; FAVERO, 2009).

É importante pontuar que existe diferença entre a chegada à terceira idade segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual considera os maiores de 65 anos idosos; e para a Organização das Nações Unidas (ONU), onde essa fase começaria aos 60. No Estatuto do Idoso, apesar de ser considerado idoso aqueles maiores de 60 anos, alguns dos direitos só podem ser adquiridos a partir dos 65 (BRASIL, 2003). Mais importante do que apenas cuidar da saúde do idoso focando na doença e na prevenção de agravos de doenças crônicas não transmissíveis, é importante cuidar também da saúde mental, da independência financeira, da capacidade funcional e do suporte social. Em relação ao gênero no envelhecimento, a população feminina se encontra em maioria.

É preciso analisar que tal fato ocorre por causa das transformações nas esferas da vida social. Grande parte dessas mulheres são viúvas, não possuem experiência de trabalho no mercado formal, são menos educadas e mais pauperizadas. A situação socioeconômica implica uma séria dificuldade neste estágio da vida (CAMARANO, 2002; FALEIROS, 2014).

A maior parte da população idosa é composta pelo gênero feminino. Estimou-se em 2012 pelo IBGE que para cada 100 mulheres com 60 anos ou mais no Brasil haveria apenas 84 homens. E para cada grupo de 100 mulheres com 80 anos ou mais, existiam apenas 61 homens. O novo conceito acerca da assistência social como política pública de direitos reverte o paradigma da filantropia criada ao redor da profissão, reforçando seu principal dever com a garantia de proteção social a todos os que dela necessitam, independente de qualquer contribuição prévia, ou seja, qualquer cidadão brasileiro tem direito aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, reduzindo os níveis de vulnerabilidade ou fragilidade social.

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) estabelece elementos essenciais para fortalecer ações da política de assistência social (SEADS, 2009). Tais serviços são demarcados pela centralidade da família, sendo concebida como sujeito estratégico no amparo social de seus membros e também como alvo prioritário de proteção. A territorialização, outro importante fator, reconhece a presença de vários fatores sociais e econômicos nos territórios, levando o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social (SEADS, 2009).

Portanto, é necessária a interpretação adequada da conjuntura de vulnerabilidade, considerando o modo de ser, pensar e viver de determinada população, planejando um atendimento para as reais necessidades de forma adequada. No Brasil, as iniciativas para a implantação de uma política nacional para a pessoa idosa vêm sendo incentivada pelo Governo Federal desde os anos 70 com debates realizados por meio de vários seminários, os quais geraram o documento chamado “Políticas para a Terceira Idade dos anos 90” dando origem para a então Política Nacional Do Idoso - Lei nº 8.842/94 (LOBATO, 2012).

Esta Lei tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Logo após, novas políticas também foram instituídas como o Estatuto do Idoso e outras que ainda serão citadas neste estudo. Tais políticas são essenciais não apenas para as pessoas que estão idosas, mas também para aquelas que irão envelhecer. Essas leis destacam a importância do apoio familiar como um dos aspectos primordiais à saúde da população idosa. Contudo, essa base

não retira do Estado a responsabilidade na promoção, proteção e recuperação da saúde desse grupo populacional.

O desenvolvimento socioeconômico e cultural está intrinsecamente ligado às políticas públicas de atenção ao idoso. O conceito de Seguridade Social foi inserido na Constituição Federal de 1988 de uma forma que a rede de proteção social mudasse seu foco de assistencialista para uma significação ampliada de cidadania. A partir de então, a legislação brasileira se adequou a este conceito. A investigação deste objeto fundamenta-se na regulamentação e na implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Atenção Primária à Saúde). Mesmo que a legislação brasileira voltada aos cuidados da população idosa esteja relativamente avançada, a prática ainda é insatisfatória.

As legislações voltadas para o idoso não vêm sendo eficientemente aplicadas e isso se deve a diversos fatores. Algumas das críticas surgem desde contradições nos próprios textos legais, até ao próprio desconhecimento da lei. O rápido crescimento populacional que vem ocorrendo de forma acelerada desde os anos 60 trouxe uma série de consequências para a estrutura do país, o qual não estava devidamente preparado para este fenômeno.

Esta monografia apresenta uma pesquisa de caráter exploratório-documental de natureza qualitativa, na qual foi baseada em artigos científicos, leis, decretos, dissertações de mestrado, entre outros documentos que abordassem a temática do envelhecimento. Assim, a técnica de pesquisa é bibliográfica e documental. O objetivo da pesquisa é o de encontrar informações que auxiliem na análise dos fenômenos e o entendimento de suas variáveis e suas relações de dependência acerca do tema tratado com foco principalmente na Política Nacional do Idoso.

É feito um apanhado histórico acerca de algumas das principais políticas criadas para a pessoa idosa e uma análise das questões tanto antigas quanto atuais. A metodologia utilizada foi a do método dialético, o qual se baseia no materialismo histórico, onde aplica os princípios do materialismo dialético ao estudo dos fenômenos da vida em sociedade e de sua história, aplicando a interação da sociedade e da cultura com o psicológico e o social, em um ambiente que se modela nas relações entre si.

Ao observar como as políticas públicas eram aplicadas no Brasil, notou-se uma necessidade de se investigar se tais políticas eram postas em prática visando o respeito e a cidadania à pessoa idosa, buscando compreender os aspectos sociais, culturais, históricos e psicológicos necessários para o acolhimento do idoso. Nesse contexto, será feito um estudo do tema abordando o fenômeno do envelhecimento que é mundial e que adquiriu atenção

especial recentemente, levando em consideração todo o contexto histórico sobre o conceito da terceira idade.

O Brasil ainda não está totalmente preparado para atender a todas as demandas dessa população devido ao acelerado processo de envelhecimento. Diversas leis e decretos, os quais serão expostos neste trabalho, foram criados com o intuito de gerar o protagonismo da pessoa idosa de forma ativa, saudável, sustentável e cidadã, principalmente das pessoas mais vulneráveis. Entretanto, diversos desafios ainda precisam de atenção para criar uma realidade cada vez melhor e justa para a pessoa idosa, levando em conta tanto sua saúde física quanto mental. Este estudo também visa analisar as principais leis e políticas criadas de atenção ao idoso e a preparação do Assistente Social para o amparo adequado deste grupo etário.

Este estudo visa analisar as políticas sociais voltadas para o idoso a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 tomando como perspectiva as categorias de família, comunidade e Estado. Em seus objetivos específicos pretende - Identificar as principais leis e políticas de assistência social criadas para a pessoa idosa após a promulgação da Constituição Federal de 1988. - Descrever como se dá a compreensão de família, comunidade e Estado inscritas nas políticas de atenção à pessoa idosa. - Refletir sobre a atenção do Assistente Social nas políticas e direitos sociais da pessoa idosa

CAP II - REALIDADE BRASILEIRA E A QUESTÃO DO ANALFABETISMO

Segundo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais de 11 milhões de brasileiros são analfabetos. Desses, mais da metade são pessoas com 60 anos ou mais, correspondendo a uma média de seis milhões de idosos que não sabem ler e nem escrever. A situação é mais crítica quando são analisadas as pessoas pretas ou pardas que moram nas regiões norte e nordeste do país.

A taxa de analfabetismo entre pessoas idosas é três vezes maior se comparada à faixa etária jovem. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, a última realizada, a taxa de analfabetismo entre idosos da região Nordeste é de 37,20% e no Norte é de 25,50%, em comparação a 10% das regiões Sul e Sudeste. Esses números mostram a realidade de um país desigual, onde o Norte e Nordeste possuem maior dificuldade no acesso à educação em relação às outras regiões.

A garantia da alfabetização para os indivíduos integra o conjunto dos direitos de todos os seres humanos, e aparece como ponto fundamental para que possam exercer sua cidadania, uma vez que, como demonstra Freire, apenas pelo reconhecimento dos códigos alfanuméricos, presentes por toda parte em nossa sociedade, os indivíduos poderão realmente apreender o mundo no qual vivem para atuar nele: Nas culturas letradas, sem saber ler e sem escrever, não se pode estudar, buscar conhecer, apreender a substantividade do objeto, reconhecer criticamente a razão de ser do objeto. (FREIRE, 2005, p. 36).

Uma das razões, senão a principal delas, pela procura da escola, se encontra no trabalho, pois para conseguir ou manter um emprego na sociedade contemporânea, é exigida uma mão-de-obra cada vez mais qualificada e estes conhecimentos são obtidos por meio da escolarização.

Segundo ABREU (2005, p. 67), na sociedade capitalista na qual se insere a escola, o homem vale pelo seu trabalho, ou seja, pela sua capacidade produtiva. Desta forma, para inserir-se no mercado de trabalho e exercer sua capacidade produtiva, o homem teria de atravessar o processo de escolarização que passa necessariamente pela alfabetização. Contudo, muitas vezes os indivíduos são impossibilitados de iniciar ou concluir este trajeto devido às suas condições socioeconômicas.

É nesta perspectiva, conforme aponta Gadotti (GADOTTI; ROMÃO, 2007, p. 32), que o analfabetismo pode ser tomado como a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta, traduzindo-se ainda como a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. Como aponta o autor, o analfabetismo não é uma questão

pedagógica, mas uma questão essencialmente política. Dentro desta perspectiva, a pobreza exclui o indivíduo da escola por sua necessidade de subsistência e de ajuda na composição do orçamento familiar. Na sociedade capitalista, o Estado gere a desigualdade e a exclusão de forma que não atinja níveis extremos procurando agir de maneira pacífica, por meio de seus aparelhos ideológicos, dentre eles a escola. Por isso é uma questão política e não pedagógica.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considera alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever ao menos um bilhete simples no idioma que conhece. A taxa de analfabetismo é calculada a partir de um censo no qual são feitas duas perguntas: se o indivíduo sabe ler e escrever e qual o tempo de estudo. De acordo com esta pesquisa temos hoje no Brasil uma taxa de cerca de 16 milhões de analfabetos. Há ainda o conceito de analfabetismo funcional. É considerado analfabeto funcional o indivíduo que não consegue fazer uso efetivo das habilidades de leitura e de escrita necessárias à sua vida social. Porém as pesquisas censitárias consideram analfabetos funcionais aqueles que tenham menos de quatro anos de escolaridade.

De acordo com este conceito, temos hoje no Brasil cerca de 30 milhões de pessoas nessas condições. Todavia, este número é questionável, pois um indivíduo com pouca ou nenhuma escolaridade pode ter aprendido a ler e a escrever em seu contexto social. Da mesma forma, um indivíduo com mais de quatro anos de escolaridade pode não ter adquirido estas habilidades.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 demonstrou que houve uma queda de 7,2% na taxa de analfabetismo no Brasil nos últimos 15 anos e também que o maior contingente de analfabetos encontra-se entre a população mais velha, com mais de 40 anos. Priorizando ainda a questão etária, se analisarmos o Censo do IBGE que traz as PNADs dos anos de 1996, 1998 e 2001, constataremos que o número de analfabetos com mais de 60 anos é ainda maior. Analisando a realidade local do analfabetismo veremos que, segundo o PNAD 2001, o estado de São Paulo possui uma taxa de 17,9 analfabetos, num total de 1,4 milhões de pessoas, concentrando hoje 10% de todos os analfabetos do país. O Censo 2000 demonstra que a cidade de São Paulo é a que possui o maior número de analfabetos. Estes dados não só apontam, mas justificam a relevância deste estudo para esta localidade. Para superar essa situação de analfabetismo, são propostas em todo Brasil, políticas públicas e programas de cunho oficial ou/e de iniciativa privada, que englobam a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada.

Esta modalidade de ensino deve possibilitar a estes educandos habilidades que lhes permitam aprender a aprender, tornando possível a educação continuada ao longo de suas vidas, o que inclui o período da velhice.

Embora tenham existido algumas iniciativas em relação ao ensino de adultos durante o período colonial e o Império, estas não se deram de maneira significativa ou efetiva, e somente na República a alfabetização e a instrução básica passam a ocupar lugar de destaque nos discursos políticos, pois havia o projeto de forjar uma nação, sob a ótica positivista da “ordem e do progresso”. Assim, fazia-se necessário pôr fim à “vergonha nacional do analfabetismo”.

Durante os anos 40 são intensificadas campanhas nacionais chamadas “Cruzadas para erradicar o analfabetismo”. O analfabeto era visto segundo uma ótica estereotipada e preconceituosa como um ser incapaz, marginal, preguiçoso e psicologicamente inferior a uma criança, devendo por esta razão, ser conduzido pelas elites.

Diante destas circunstâncias, a pretensão era alfabetizar em um curto espaço de tempo. No período do pós-guerra, a UNESCO diz valorizar a alfabetização enquanto difusora de valores democráticos, mas este apoio se dá na verdade pela necessidade eleitoral de integrar as massas populacionais de migração, devido ao processo de industrialização, e de incrementar a produção. Começam a ocorrer denúncias sobre a superficialidade da aprendizagem que se dava de maneira muito rápida, com inadequação do método para adultos e para diferentes regiões do país. Surge um novo paradigma pedagógico cuja principal referência é o educador Paulo Freire.

Freire entendia o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não causa da pobreza. Via a alfabetização como ferramenta para a conscientização dos educandos como oprimidos, o que os levaria à superação de seus problemas e da condição de explorados. As propostas de educação e alfabetização de Freire inspiraram os principais programas de Educação Popular do país no início dos anos 60, sendo extintos com o golpe militar.

Em resposta ao grande número de analfabetos ainda existente, o governo lança o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se apropria das ideias de Freire sem estimular a consciência crítica dos alunos e com intuito de controlar a população. O MOBRAL é extinto em 1985 com o fim do Regime Militar, depois de vir à tona muitos escândalos envolvendo este programa e das críticas aos seus ensinamentos, já que os alunos “desaprendiam” a ler e a escrever com o passar do tempo. A Constituição de 1988 restituiu o direito de voto aos analfabetos, em caráter facultativo; concedeu aos jovens e adultos o direito

ao ensino fundamental público e gratuito; e comprometeu os governos com a superação do analfabetismo e a provisão do ensino básico à todos. Desde então surgiram e surgem programas de cunho oficial atrelados aos governos e outros vinculados a iniciativas da sociedade civil.

CAP III- O IDOSO E O ANALFABETISMO

Soa até estranho pensar na relação entre velhice e educação, numa sociedade que tem a infância e a juventude como fases tradicionalmente destinadas à vida escolar. Philippe Ariès (1981) mostrou que o surgimento da sociedade moderna industrial e a universalização da educação escolar seriam os principais determinantes da delimitação da infância como fase diferenciada da vida adulta, posto que, até a Idade Média, a criança era vista como um "adulto em miniatura". Sabemos que a educação pedagógica adotada nessa sociedade tinha a finalidade primeira de formar e disciplinar o futuro trabalhador da indústria. E, principalmente por isso, a educação escolar adotou os métodos pedagógicos, destinados à formação nas primeiras fases da vida.

Por outro lado, as pessoas de mais idade foram excluídas desse projeto educacional, pois não interessavam mais ao processo produtivo. Isso porque tais pessoas não precisariam ser formadas para uma futura vida profissional, pois ou já eram trabalhadores prestes a se aposentar ou já estavam aposentados. A lógica era a seguinte: para quê se investir na educação dos que já passaram pela vida produtiva ou que estavam em vias de sair dela? Isso seria um desperdício do ponto de vista do capitalismo, pois esses indivíduos não poderiam mais contribuir para a produção da riqueza (RAMOS, 2001).

Essa situação explica, em grande medida, a ausência de um projeto educacional destinado especificamente aos mais velhos, quando consideramos o modelo capitalista de educação. E isso se verifica na totalidade dos países capitalistas, que construíram, ao longo da história, uma estrutura de ensino formal para educar prioritariamente crianças e jovens. A chamada "educação de adultos" ou de "jovens e adultos", surgiria posteriormente na sociedade industrializada, pela necessidade de preparar minimamente a classe operária, derivada do "campesinato bruto e ignorante" (PINTO, 2005).

No Brasil, as principais leis da educação, como a LDB (Lei 9.394/96), também citam, no máximo, a educação de jovens e adultos (EJA) como única alternativa educacional destinada à população "fora da idade escolar". Contudo, essas leis não tratam da diversidade existente entre os indivíduos que compõem a categoria de adultos. Por exemplo, há muita diferença entre um adulto de 25 ou 30 anos e um "adulto" (ou idoso?) de 50 ou 60 anos. E isso em nenhum momento é levado em consideração na LDB, lei que, aliás, nem sequer cita a velhice, ignorando-a totalmente. Poder-se-ia supor que os idosos integrariam, nesse caso, a categoria de adultos. Contudo, não diferenciar a velhice da vida adulta, como fase que demanda atenção especial, bem como metodologias próprias de ensino/aprendizagem, seria

assumir uma perspectiva no mínimo reducionista, análoga à consideração da infância como uma "vida adulta em miniatura", que vigorou no período medieval, conforme mostra Ariès (1981).

Tomemos o analfabetismo como um dos exemplos mais graves de exclusão educacional e social. Se considerarmos o acesso à educação formal como a possibilidade de ter contato com o conhecimento científico, a literatura, a filosofia, a arte, enfim, com a linguagem escrita como forma de expressão e comunicação, então constatamos que não saber ler e escrever significa não dispor dos recursos de interação com o "mundo civilizado" da sociedade ocidental capitalista.

Sabemos que, segundo o IBGE (Censo 2000), a maioria da população não-alfabetizada no Brasil é composta por pessoas de idade mais avançada, ou seja, idosos e adultos mais velhos, especialmente as mulheres, os negros e afrodescendentes, os indígenas e os residentes nas áreas rurais e na região Nordeste. Sabemos que existem escolas destinadas às crianças, aos jovens e, até mesmo, aos adultos trabalhadores (da indústria), como é o caso da EJA. Mas, por outro lado, não há escolas destinadas aos idosos, e que atendam especificamente às suas necessidades e peculiaridades enquanto sujeitos sociais (PERES, 2009).

Conforme mostra uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, *O perfil sócio-demográfico dos idosos brasileiros*, concluída em 2007, metade da população idosa brasileira urbana é atingida pelo analfabetismo funcional. De acordo com os dados, entre a população idosa, o analfabetismo funcional totaliza 49% (13% entre os não idosos): 23% declaram não saber ler e escrever (2% dos não idosos), 4% afirmam só saber ler e escrever o próprio nome (1% dos não idosos) e 22% consideram a leitura e a escrita atividades penosas (8% dos não idosos), seja por deficiência de aprendizado (14%), por problemas de saúde (7%) ou por ambos os motivos (2%). Além disso, observa-se que, entre os idosos, 89% não passaram da 8ª série do ensino fundamental (18% não tiveram nenhuma educação formal) e apenas 4% chegaram ao 3º grau de escolaridade (completo ou incompleto). Entre os não idosos, 44% não passaram do fundamental (2% não frequentaram escolas) e 15% chegaram ao ensino superior².

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), no relatório *Mapa do analfabetismo no Brasil*, publicado em 2003, também vemos que o maior contingente de analfabetos (48,7%) encontrava-se nos grupos etários mais idosos, com pessoas de idade igual ou superior a 50 anos. Comparativamente às outras faixas etárias, nota-se que a dos idosos é a que mais necessitaria de ações do governo na esfera da educação, uma vez que é a mais prejudicada pelo que podemos chamar de "exclusão educacional". Contudo,

de forma paradoxal, os idosos são exatamente o único grupo etário que não é assistido pelo Poder Público nas atuais políticas educacionais.

É bom lembrar que a Constituição de 1988 garante o alcance indiscriminado da oferta obrigatória e gratuita do ensino público fundamental, estendido a toda população, independente da idade (art. 208, I). Na condição de direito público subjetivo, a educação possui acesso gratuito aos níveis de ensino, conforme o art. 208, § 1º da CF/88. Contudo, o não oferecimento da educação por parte do Poder Público implica na responsabilização da autoridade competente (art. 208, § 2º da CF/88). Assim, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais (art. 206, IV da CF/88), é um princípio educacional com força constitucional, o que revela a forte dimensão democrática e social da Constituição de 1988.

Dessa forma, ao não contemplar os idosos como destinatários das políticas educacionais, o Estado brasileiro descumpra a própria Constituição, dessa vez não por ação, mas por omissão. É necessário destacar, contudo, que tal omissão é coerente à própria lógica de exclusão verificada na sociedade capitalista (e não só no Brasil) e à forma pela qual os sistemas educacionais foram construídos, especialmente no capitalismo industrial. Por isso, acredito ser necessário entrar agora, mesmo que brevemente, no terreno da história e da filosofia da educação.

3.1 A funcionalidade da educação

Falar de escola e de educação implica tratar fundamentalmente do conceito de formação. Em termos gerais, é a escola que "forma" os indivíduos para que estes venham a ocupar um determinado papel na sociedade. De uma forma geral, nas sociedades capitalistas da atualidade, cada uma das diversas "fases" ou períodos da trajetória escolar está associada a uma fase específica da vida humana. Desconsiderando casos excepcionais, pode-se dizer que a educação infantil (pré-escola) marca a primeira infância, o ensino fundamental marca a segunda infância e a pré-adolescência, enquanto que o ensino médio está associado à adolescência. Passar no vestibular e ingressar na universidade, por sua vez, representa um ritual que marca o início da vida adulta.

Esses "rituais de passagem" que caracterizam a trajetória da educação escolar em nossa sociedade simbolizam a evolução dos diferentes estágios de maturidade em que a vida humana é periodizada. Assim, passar da infância para a pré-adolescência, da pré-adolescência para a adolescência e da adolescência para a vida adulta implica concluir os diversos ciclos escolares, da pré-escola ao ensino superior. Em outras palavras, significa "se formar", uma

vez que a formatura representa o "ritual" que marca a conclusão de uma determinada fase da trajetória educacional (ARIÈS, 1981).

Ariès (1981) mostra que a infância como fase separada da vida adulta não existia na Idade Média, passando a ser social e historicamente construída com o advento da modernidade e da sociedade industrial. Da mesma forma, a escola, tal como a conhecemos hoje, surgiria praticamente no mesmo contexto histórico em que se deu a delimitação da infância como fase diferenciada da vida humana. Era comum o trabalho infantil nos primórdios da Revolução Industrial.

Com a Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e, posteriormente, com a emergência do movimento socialista, o trabalho da criança passou a ser gradualmente combatido e proibido, tornando-se ilegal. Contudo, a sua proibição se daria simultaneamente ao surgimento da escola como um *locus* apropriado para a permanência da criança e para a sua socialização. Como se pode notar, a ideia de escola passa a estar diretamente associada à de infância. O próprio termo "pedagogia", que significa a teoria ou a ciência da educação e do ensino, tem sua origem voltada para a educação de crianças. Na etimologia da palavra, que tem origem grega, *paidós* quer dizer criança (PERES, 2005).

Mas se, por um lado, a noção de escola está simbolicamente associada à de infância e de adolescência, ou melhor, diz respeito àquele ou àquela que ainda não se iniciou na vida adulta, a noção de trabalho, por outro, tem relação direta com os níveis de maturidade. Na trajetória escolar, a conclusão do ensino médio marca o início da fase adulta, seja pelo ingresso na universidade ou diretamente no mercado de trabalho, sendo que essa última opção é mais comum nas classes populares, que possuem maior dificuldade de acesso à universidade.

Vemos aí, portanto, um dos mais evidentes antagonismos presentes na interface entre trabalho e educação, criado pela moderna sociedade capitalista: é o "adulto" que trabalha e a "criança" que estuda. Tal antagonismo fundamenta-se na associação direta entre maturidade e vida profissional. Contudo, é no conceito de "formação" que podemos estabelecer um elo entre trabalho e educação. A formação escolar, considerando toda a sua trajetória "natural", visa formar o indivíduo para que este assuma um papel social. Dito de outra forma, para que ele adquira uma identidade social. E, na atual sociedade capitalista, tal identidade é construída fundamentalmente por meio do trabalho e da identidade profissional (DUBAR, 1995).

Na verdade, a própria trajetória educacional dada pelas fases escolares, que tem como "final da cadeia" o ingresso no ensino superior - onde o indivíduo faz, enfim, a opção por uma carreira profissional -, evidencia uma relação clara entre trabalho e educação, dada pela lógica

da formação educacional/profissional. Seja no nível técnico do ensino médio, ou no ensino superior, a trajetória educacional dos indivíduos se encerra com a escolha de uma determinada profissão. Ao "completar" os estudos de nível superior ou técnico, o ex-aluno estará "apto ao trabalho".

Assim, nas sociedades capitalistas, coloca-se o trabalho e a vida profissional como a referência chave da vida social. Em síntese, estuda-se, "forma-se", para trabalhar, para ter uma profissão e, com isso, assumir um papel específico na sociedade. Daí a conhecida "teoria do capital humano", surgida na década de 1960, nos EUA, fundada na "economia da educação", segundo a qual a educação é compreendida como produtora de capacidade de trabalho e potencializadora do fator trabalho (MORAES, 1999).

Essa visão economicista e funcionalista da educação como formadora de recursos humanos para o trabalho produtivo torna evidente o porquê de o sistema educacional ter sido estruturado tendo como "final da cadeia" a formação para o mercado de trabalho. A escola, na sociedade capitalista passa a ser vista como um "aparelho ideológico de Estado", reproduzindo a sua lógica instrumental, com o fim de atender aos interesses da classe economicamente dominante (ALTHUSSER, 1992).

Seria, portanto, a necessidade de mão-de-obra qualificada, inerente ao rápido desenvolvimento da sociedade capitalista industrial, que determinaria a estrutura organizacional do atual sistema educacional, colocando a formação para o trabalho como objetivo central e configurando uma "produção em série" de mão-de-obra intelectualmente melhor preparada do que nas fases iniciais da industrialização, por meio da constituição de uma escola capitalista com currículos e conteúdos de um forte caráter tecnicista e ideológico (FRIGOTTO, 1984).

3.2 Educação, trabalho e velhice na sociedade capitalista

Mas se a ideia de educação (pedagógica) está associada à imagem da criança e a de trabalho ou formação profissional (técnica e/ou universitária) vincula-se à imagem do adulto ou do jovem com certo grau de maturidade, onde entram, então, os idosos nesse processo? Qual o lugar da velhice na relação entre educação, trabalho e formação profissional?

Na verdade, causa até certo estranhamento pensar nessa relação³. Isso porque a sociedade capitalista estruturou um sistema educacional e produtivo coerente aos seus interesses, relegando os idosos ao esquecimento. A criança deve ser educada para que, quando adulto, venha a ser um trabalhador adequado às necessidades da sociedade. O jovem e o

adulto devem ser formados e profissionalizados para assumirem uma função específica dentro da esfera produtiva, garantindo, assim, a eficiência do sistema econômico em constante desenvolvimento e mudança. E o velho? Onde entra? A verdade é que não há lugar para a velhice dentro da sociedade capitalista. Essa "realidade incômoda" de exclusão social que acompanha a velhice já foi observada e analisada por autores como Simone de Beauvoir (1990) e Ecléa Bosi (1994).

Na perspectiva do capital, o velho representa o trabalhador que já se tornou improdutivo e obsoleto e que deve dar lugar às novas gerações de trabalhadores, dotadas de conhecimentos atualizados e de uma maior disposição para o trabalho. Como dizia Karl Marx (1983), o capital não se preocupa com o tempo de duração da força de trabalho, uma vez que seu exército industrial de reserva tende a ser numericamente abundante. Assim, o velho deve ser expulso, retirado do mercado de trabalho. A aposentadoria, de certa forma, assume, simbolicamente, o significado de retirada ou saída da vida produtiva. Isso é bem claro pelas suas designações em outros idiomas, como no inglês (*retired*) e no francês (*retrait*).

A velhice, então, é claramente excluída do projeto capitalista de educação, uma vez que a elite industrial nunca possuiu um projeto para os trabalhadores que envelheciam, a não ser criar estratégias para os excluir da esfera produtiva - tal como a garantia do direito à aposentadoria -, dando lugar aos jovens trabalhadores, recentemente "educados" ou "formados".

Quando nos questionamos o porquê da educação formal se restringir apenas às fases iniciais da vida humana, não há como negar o seu caráter funcional frente ao sistema produtivo. Apesar da resistência dos pedagogos em aceitar essa realidade, é inegável que o sistema educativo é não só pré-determinado como também subjugado pelo sistema produtivo na sociedade capitalista. Na verdade, a exclusão da velhice da esfera produtiva justifica a sua exclusão, também, do sistema educativo, centrado nas práticas pedagógicas de educação, voltadas exclusivamente ao jovem e à criança.

É comum, entre os pedagogos, defender que a educação tem o propósito de "preparar para o exercício da cidadania", de "formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres". Contudo, sabe-se que a moderna sociedade industrial passou a demandar uma mão-de-obra altamente qualificada e, ao mesmo tempo, disciplinada para o processo de trabalho. Era necessário formar não só profissionais capacitados a desempenhar funções de elevada complexidade, mas também trabalhadores e cidadãos disciplinados, que respeitassem a ordem estabelecida e cumprissem seus papéis na sociedade.

Ora, todos que conhecem a crítica do materialismo histórico à ideia de cidadania sabem que ela é vista, acima de tudo, como uma estratégia da burguesia para permitir uma participação ou ação política dentro dos limites estreitos da democracia capitalista e que, principalmente, não venha a comprometer o seu caráter estrutural de dominação. O Estado capitalista permite e até incentiva a prática da cidadania porque ela não representa uma ameaça real às suas estruturas de poder, uma vez que sua esfera de ação está dentro do sistema e, portanto, sob o controle deste (DIAS, 1999).

Assim, vemos que o discurso de "educação para a cidadania", proferido com orgulho por muitos teóricos da Pedagogia, é também coerente à lógica funcionalista da educação formal, subjugada à esfera produtiva na sociedade capitalista e aos seus projetos de dominação político-ideológica.

3.3 A educação e a dicotomia rural/urbano: analfabetismo, velhice e ruralidade

Se, por um lado, podemos questionar por que a nossa educação se restringe à infância, à adolescência e à fase adulta - excluindo, portanto, a velhice -, por outro, entretanto, também é possível perguntar sobre os motivos de o nosso sistema educacional estar focado prioritariamente na vida urbana. Como a atual educação escolar foi estruturada com a emergência da sociedade urbano-industrial capitalista, não é de se estranhar que o meio rural ficasse relegado ao esquecimento, na condição de mero "apêndice" da vida urbana. O resultado disso é a construção de uma educação centrada na vida da cidade e distante da vida no campo. E esse distanciamento se revela tanto nos currículos e conteúdos adotados (geralmente contextualizados à vida urbana e desconectados da dinâmica da vida rural), quanto pela precariedade das escolas disponíveis no campo.

Não sem motivo, é no meio rural que encontramos os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade brasileira. Os dados do INEP, sistematizados no trabalho intitulado *Panorama da Educação do Campo* (2007), mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive no meio rural brasileiro, que é de 3,4 anos, corresponde à quase metade da estimada para a população urbana, que é de 7,0 anos. Se os índices de analfabetismo no Brasil são bastante elevados, no meio rural esses indicadores são ainda mais preocupantes.

Segundo o IBGE (Censo 2000), 29,8% da população adulta - de 15 anos ou mais -, que vive no meio rural é analfabeta, enquanto no meio urbano essa taxa é de 10,3%. É importante ressaltar que a taxa de analfabetismo aqui considerada não inclui os analfabetos

funcionais, ou seja, aquela população com menos de quatro séries do ensino fundamental. Outros dados revelam ainda que, no meio rural brasileiro, 6% das crianças, de 7 a 14 anos, encontram-se fora dos bancos escolares; que apesar de 65,3% dos jovens, de 15 a 18 anos, estarem matriculados, 85% deles apresentam defasagem de idade-série, o que indica que eles ainda permanecem no ensino fundamental; e que somente 2% dos jovens que moram no campo frequentam o ensino médio.

Esses são alguns dos indicadores que demonstram a histórica negação à população que vive no meio rural brasileiro do direito de acesso e de permanência na escola. Os que hoje integram a população idosa foram vítimas, no passado, dessa dificuldade. As altas taxas de analfabetismo observadas entre a população com 60 anos ou mais no Brasil, que é de 34,6%, segundo o IBGE (Censo 2000), justificam-se, em grande parte, pela precariedade da educação no meio rural, uma vez que, segundo a PNAD (2007), a porcentagem de idosos analfabetos aumenta nos interiores dos estados e diminui nas capitais. Portanto, o que engrossa as estatísticas de analfabetismo na velhice é, acima de tudo, o problema histórico do acesso à educação verificado no meio rural. Contudo, é bom lembrar que esse não é um problema restrito à população idosa, mas sim um problema crônico do próprio sistema, pois novos analfabetos estão sendo gerados diariamente.

A educação do campo, bem como os programas de alfabetização de adultos (EJA), são formas de educação popular voltadas aos indivíduos que não puderam ter acesso à educação formal na "idade própria" (como diz a LDB), ou seja, na infância. Tal situação de déficit educacional entre adultos, observada particularmente nos países subdesenvolvidos, decorre, sobretudo, da ausência ou insuficiência de oferta educacional, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do país. O trabalho rural, executado pelo "camponês" ou "homem do campo", está associado historicamente à exclusão da educação formal. O trabalho industrial, ao contrário, conecta-se aos chamados "conhecimentos superiores", à ciência e à técnica, inerentes à vida urbana.

Assim, os "cidadãos", na Grécia Antiga, eram aqueles que tinham propriedade, e que, por isso, podiam ter acesso à cidade da *Pólis*, tida como centro de decisões e deliberações políticas e de reflexão filosófica. A própria palavra: "civilizado" é derivada de *civitas*, ou seja, refere-se àquele que vive nas cidades e tem acesso à participação política e ao pensamento filosófico-racional, que figuram como processos e relações produzidos próprios desse espaço. A industrialização, ocorrida a partir do século XVIII na Europa, potencializaria ainda mais a oposição entre rural e urbano, no que se refere ao acesso à educação formal, pois se tornava necessário educar para o trabalho industrial característico das cidades e do "mundo

civilizado". O campo, por sua vez, ficaria excluído do projeto capitalista de educação na sociedade industrial que emerge. Dessa forma, é interessante notar que o "homem educado" da sociedade moderna seria conhecido como sinônimo de "homem civilizado", ou "polido", ao passo que designações depreciativas como as de "atrasado", "ignorante", "matuto", "xucro", "simplório", "peão", "caipira", etc., seriam associadas ao "homem do campo".

O meio rural pode ser, assim, definido como uma tradicional "área de exclusão", onde o sistema capitalista mantém formas arcaicas e extremadas de exploração da classe trabalhadora, com o desrespeito, até mesmo, aos direitos socialmente instituídos (dentre eles, o direito à educação, à saúde e à CLT, por exemplo), configurando uma "questão social agrária" bastante problemática.

Nota-se, portanto, que a relação entre educação e meio rural é tão paradoxal quanto a relação existente entre educação e velhice. Só se educa a quem supostamente terá alguma utilidade para a sociedade capitalista industrializada. Nessa lógica, o idoso analfabeto, o trabalhador rural e os demais povos do campo (*cf.* CALDART, 2008) não precisam ser educados. Conforme explica Vieira Pinto (2005):

A sociedade empreende a alfabetização de adultos fundamentalmente para poder integrá-los num nível superior de produção. Já temos dito que não se trata de dever moral de obras de caridade, e sim de uma imperiosa exigência social. A sociedade precisa educar seus adultos, desde que alcance um nível de desenvolvimento que torne incompatível a existência de segmentos marginalizados em seu seio, que podem aumentar a força de trabalho geral se forem convertidos (...) em trabalhadores letrados num nível alto de conhecimento. (...) Uma lei do desenvolvimento educacional é esta: a sociedade nunca desperdiça seus recursos educacionais (econômicos e pessoais), apenas proporciona educação nos estritos limites de suas necessidades objetivas. Não educa ninguém que não precise educar. (p. 102-103)

Talvez isso justifique, mesmo que parcialmente, a exclusão educacional que acomete, principalmente, a população com mais de 60 anos e os residentes nas regiões rurais. Por isso, acredito não ser possível desvincular EJA de alfabetização e, mesmo que indiretamente, de educação no campo. Enquanto não houver uma estrutura que garanta (realmente) acesso à educação pública nas regiões menos desenvolvidas do país, novos analfabetos estarão sendo gerados. A criança a quem não são dadas, hoje, condições mínimas de se educar, será o futuro adulto e idoso analfabeto.

Sabe-se, porém, que as iniciativas de "alfabetização em massa" que foram instituídas no país, principalmente na década de 1970, das quais o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi o mais conhecido, estiveram carregadas de uma forte

orientação político-ideológica, que se centrava na legitimação da ordem social instituída, regida pela "ditadura do grande capital", utilizando uma expressão do sociólogo Octávio Ianni (1981).

O estudo desenvolvido por Paiva (2003) mostra que, nessas ações de alfabetização empreendidas pelo MOBRAL, difundia-se, entre os alunos, uma ideologia de responsabilização pessoal pelo sucesso ou fracasso escolar obtido. Com isso, a própria condição de analfabetismo passou a ser estigmatizada e vista de forma depreciativa pela sociedade em geral, gerando, nos adultos e idosos que não sabiam ler e escrever, um sentimento de culpa e vergonha. Além disso, e de forma coerente aos propósitos de controle do governo militar, instituiu-se, via MOBRAL, um processo de adestramento e disciplinamento das camadas populares, no intuito de incitar nelas um nacionalismo alienado de "amor à pátria" e evitar a disseminação, entre elas, das "ideias subversivas" do comunismo/socialismo de base marxista.

Nos dias de hoje, o analfabetismo ainda é normalmente tratado como responsabilidade pessoal dos analfabetos. O Estado procura, ao máximo, se eximir dessa responsabilidade, atribuindo, primeiramente, à família - portanto, à esfera privada e pessoal - o dever de educar, conforme podemos ver na LDB (Lei 9394/96, artigo 2º). A educação de jovens e adultos (EJA), citada na LDB como alternativa educacional destinada "àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria" (Art. 37º), ainda é tratada como forma secundária de oferta educacional, e, principalmente, destinada aos "jovens e adultos trabalhadores". O idoso (aposentado, ex-trabalhador), por sua vez, nem sequer é citado nos parágrafos que compõem a EJA na atual LDB.

Os altos índices de evasão dos programas de EJA são atribuídos, frequentemente, a fatores relacionados à vida pessoal, social e profissional dos alunos. Raramente são associados, contudo, à inviabilidade estrutural e metodológica dos programas, à sua ineficiência como alternativa educacional, à sua desconsideração da heterogeneidade dos participantes e ao desprezo pelos seus conhecimentos acumulados ao longo da vida e, ainda, como consequência do tradicional descaso do Poder Público e de muitos educadores para com os programas de EJA (GADOTTI, 2000).

Uma das principais críticas que podemos fazer à EJA é quanto à utilização da mesma metodologia de ensino para um público potencialmente heterogêneo no que se refere à faixa etária. Em uma mesma turma convivem, por exemplo, jovens de 18 anos com adultos de 40 e idosos de 70 anos. Não é necessário ser especialista em educação para perceber que cada um

desses grupos de idade possui perspectivas e expectativas totalmente diferentes quanto à educação.

Também é bastante óbvio que as experiências de vida dos mais velhos são bem mais vastas do que as dos mais jovens. Por isso, conforme destaca Arroyo (1996), uma metodologia de ensino adequada para o público adulto, que é a andragógica e não a pedagógica, deve considerar as experiências de vida, o conhecimento tácito no processo de aprendizagem, bem como o contexto sociocultural no qual vivem os alunos ("educação contextualizada", *cf.* definição de Caldart, 2008).

Contudo, vemos que, salvo raras exceções, os educadores que atuam na EJA geralmente não estão capacitados para esse tipo de prática, uma vez que os cursos de formação de professores (as chamadas licenciaturas) são centrados nas técnicas de ensino/aprendizagem da Pedagogia, geralmente destinadas à educação de crianças e jovens. A andragogia ainda é, para a imensa maioria dos educadores brasileiros, uma ilustre desconhecida (ARROYO, 1996)⁴.

Podemos dizer que, no atual contexto, o idoso é invisível na EJA, tal como a criança e a infância também não existiam na Idade Média, resgatando a abordagem de Ariès (1981).

Ainda com relação aos aspectos metodológicos, notamos que a LDB está longe de levar em conta outras realidades, diferentes daquela vivida nas cidades. Os pobres, os residentes das áreas rurais e os idosos continuam invisíveis às leis e políticas de educação no Brasil. Conforme destaca a educadora Roseli Caldart (2008), embora o problema da educação brasileira não seja apenas no campo, é aí que a situação se torna mais grave, pois além de desconsiderar a realidade escolar existente, que é bastante diferente da vivida nos grandes centros urbanos, sempre foi tratada pelo poder público com políticas compensatórias (de caráter paliativo), e sem um compromisso efetivo de adaptação da educação às peculiaridades do meio rural. Podemos pensar, ainda, que nas regiões rurais onde há maior necessidade de políticas de educação de adultos, especialmente as de alfabetização. Contudo, elas não ocorrem.

Tradicionalmente, a escola foi concebida como uma invenção da sociedade capitalista industrial em geral, e da cidade em particular, destinada a preparar as elites para governar e a camada popular para ser mão-de-obra (portanto governada). Por isso, o campo não se constituiu historicamente como espaço prioritário para ações institucionalizadas do Estado, através de diferentes políticas públicas e sociais, e nem de políticas econômicas de desenvolvimento local e regional. Nessa perspectiva, o campo é pensado numa relação "não-

hegemônica" de educação, ou seja, que se situa à *margem* da perspectiva urbano-industrial da sociedade capitalista (CALDART, 2008).

O meio rural é então representado como um espaço caracterizado por uma realidade geográfica e uma formação histórico-cultural singulares aos sujeitos que o compõem, ou seja, camponeses, agricultores e extrativistas (assentados, sem terra, ribeirinhos), trabalhadores do campo (assalariados, meeiros, etc.), pescadores, quilombolas, indígenas e povos da floresta. Assim, o desprezo pela vida rural e suas peculiaridades, verificado nas leis e políticas educacionais, é análogo à exclusão histórica vivida pelos povos do campo no Brasil.

3.4 O analfabetismo e os analfabetos: faces e fases da exclusão educacional

O analfabetismo é um problema histórico no Brasil. Está atrelado ao seu passado como colônia de exploração, de economia agrícola, fundada no latifúndio e na monocultura para exportação. Também está conectado aos povos indígenas e aos negros africanos, explorados, aculturados e escravizados, e a quem não foi dada oportunidade de inserção na sociedade de classes (cf. FERNANDES, 2008). A própria escola pública, até a primeira metade do século XX, era restrita às classes privilegiadas.

Porém, o processo de expansão do ensino público não ocorreria uniformemente. As escolas iriam se concentrar, especialmente, nos espaços urbanos e regiões centrais das cidades, enquanto que o campo - ou zona rural - assumiria uma importância secundária nesse processo. Assim, a predominância das escolas públicas nas cidades e nos principais centros urbanos do país, bem como a ausência ou insuficiência de instituições escolares para atender às populações rurais, somado à histórica exclusão educacional vivenciada pelos povos do campo, iriam tornar o analfabetismo um problema essencialmente rural no Brasil.

De forma análoga, as áreas consideradas menos desenvolvidas do território nacional, como a região Nordeste, por exemplo, comportariam a grande maioria da população analfabeta do país. Dentre os excluídos da educação, os idosos e adultos mais velhos figuram como os mais atingidos. As estatísticas censitárias revelam que os índices mais elevados de analfabetismo estão entre as faixas etárias mais velhas. A situação desses indivíduos se torna ainda pior pela inexistência, no Brasil, de políticas educacionais direcionadas à velhice e ao analfabetismo.

Podemos dizer que a exclusão educacional vivenciada no campo e nos interiores dos estados do Nordeste, predetermina a maior incidência do analfabetismo entre as populações rurais, sobretudo nas coortes mais velhas. Sabe-se que pequenos municípios nordestinos,

apesar de serem classificados como "urbanos" pelas estatísticas censitárias, na verdade possuem uma dinâmica de vida bem mais próxima da zona rural⁵.

Há, também, especialmente na região Nordeste, a predominância do latifúndio como forma de propriedade da terra. A pesquisa de Ferraro (2009) mostra a relação existente entre latifúndio e analfabetismo no Brasil. Segundo o autor, quanto maior a concentração da propriedade da terra, maiores são os índices de analfabetismo observados em uma região. Isso justificaria a menor ocorrência desse problema social nos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a região do país onde houve menor concentração da terra ao longo da história.

O problema do analfabetismo que acomete as populações mais idosas tem relação direta com o fato de ser este um grupo social abandonado pelo Poder Público quanto ao estabelecimento de políticas educacionais. O fenômeno da exclusão educacional da população idosa nos leva a compreender o sistema educacional como uma estrutura burocrática criada com o fim de promover a formação e a qualificação da mão-de-obra jovem para o mercado de trabalho (urbano-industrial), atuando de maneira funcional ao sistema capitalista. Assim, como se sabe, a exclusão dos idosos do mercado de trabalho pré-determinaria a sua exclusão da esfera da educação.

As regiões nordestinas do semiárido do Rio Grande do Norte e da zona cacauzeira do Sul da Bahia, consideradas nesta pesquisa, são historicamente conhecidas como áreas de exclusão social. Marcadas pela predominância do latifúndio, ambas as regiões se caracterizam por uma grande desigualdade social e uma elevada concentração de renda. A exclusão educacional aí verificada serve para ampliar ainda mais as diferenças sociais, criando uma elite letrada e culta, que contrasta com uma massa de indivíduos analfabetos e/ou pouco escolarizados.

Diz a Constituição de 1988 que todos os cidadãos têm direito à educação pública e gratuita, independente de idade, sexo, cor, nacionalidade ou qualquer outra diferença. Contudo, sabemos que a realidade é bem diferente. No que se refere aos idosos, o Censo de 2000 do IBGE mostrava que 39,2% dos que tinham mais de 60 anos eram analfabetos. O Censo de 2010, por sua vez, revela que 26% da população idosa brasileira é analfabeta. Quando consideramos as pessoas de 15 anos ou mais, em 2000, o índice de analfabetismo era de 13,63%, passando a ser de 9,6% em 2010.

A maior proporção de analfabetos concentra-se nos municípios nordestinos com até 50 mil habitantes. Nestes, 28% da população de 15 anos ou mais é analfabeta. Nessas cidades, a proporção de idosos que não sabem ler e escrever chega a 60%. O estado brasileiro onde há

maiores índices de analfabetismo é Alagoas, seguido pelo estado do Piauí. Se considerada apenas a faixa etária acima dos 60 anos, o Piauí ocupa a vergonhosa primeira posição no analfabetismo: 55,9% dos idosos piauienses não sabem ler e escrever. Em contrapartida, o melhor resultado foi observado nos estados do Sul do país, particularmente em Santa Catarina, onde apenas 4,1% da população com 15 anos ou mais é analfabeta, segundo o Censo 2010.

Na região do semiárido nordestino, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais também foi bem mais elevada do que a média nacional, apesar de ter uma redução de 32,6% em 2000, para 24,3% em 2010. Entre os analfabetos residentes nessa região, 65% eram pessoas maiores de 60 anos de idade. Um dado interessante é que, dos 1.304 municípios brasileiros com taxas de analfabetismo iguais ou superiores a 25%, 32 não ofereciam o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). A maioria deles estava no Nordeste. O município de João Dias (RN) apresentou o maior índice (38,9%), seguido de Monte Santo (BA), com 35,6% e São Brás (AL), com 34,7%. Observa-se que países com um nível de renda *per capita* similar ao brasileiro contam, normalmente, com uma taxa de analfabetismo de 5,8%. Assim, a taxa de analfabetismo brasileira é mais do que o dobro (14,8%) desses países.

Com base nos números da PNAD, de 2001, vemos que, ao longo da década de 1990, a taxa de analfabetismo feminina passou a ser inferior à masculina. Isso indica que a taxa de analfabetismo das mulheres nascidas após a metade da década de 1960 é inferior à das coortes masculinas. Verifica-se, também, que a taxa de analfabetismo para a população negra é quase três vezes maior do que para a população branca, fazendo com que mais de 2/3 dos analfabetos sejam negros. Podemos constatar, ainda, que a taxa de analfabetismo é bem maior entre as coortes mais velhas do que entre as mais jovens, com a taxa sendo seis vezes maior entre idosos de 55 a 64 anos (26%), do que entre jovens de 15 a 24 anos (4%). No que se refere ao nível de renda, verifica-se que quase a metade dos analfabetos encontra-se entre 25% mais pobres do país, enquanto que mais de 3/4 vivem entre os 50% mais pobres.

A PNAD 2001 mostrou, também, que o analfabetismo na área rural (26%) é 2,5 vezes maior do que a taxa da área urbana (9%) e mais de cinco vezes maior do que a das áreas metropolitanas (5%). Devido à elevada concentração de analfabetos na área rural, temos que mais de 1/3 deles vivem em áreas rurais, embora menos de 1/6 da população total brasileira viva nessas áreas. Em termos de diferença regional, as taxas de analfabetismo variam entre 28% em Alagoas e 4% no Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Enquanto que, em todos os estados do Nordeste, a taxa de analfabetismo está próxima ou acima de 20%, em

todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a taxa de analfabetismo é igual a 10%.

Devido a uma maior concentração de analfabetos no Nordeste, temos que mais da metade (56%) dos analfabetos do país vivem nessa região, embora a população local corresponda a um pouco mais de $\frac{1}{4}$ (27%) do total brasileiro. Ao longo das duas últimas décadas, a queda do analfabetismo foi maior nas áreas mais pobres, levando a uma redução das disparidades regionais.

Apesar disso, a taxa de analfabetismo no Nordeste é tão mais elevada que, mantida a velocidade de progresso atual, seriam necessários mais de 25 anos para que o Nordeste atingisse a situação atual do Sudeste. Enquanto que, para Alagoas atingir a situação atual do Rio de Janeiro, por exemplo, seriam necessários 34 anos, de acordo com as estimativas do IBGE (PNAD, 2001).

O relatório intitulado *Síntese dos Indicadores Sociais de 2007 no Brasil*, elaborado pelo IBGE, também mostra que o analfabetismo no país atinge 14,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais e está concentrado nas camadas mais pobres, nas áreas rurais, especialmente do Nordeste, entre os mais idosos, de cor preta e parda.

3.5 - Envelhecimento e velhice

Simone de Beauvoir (1990) diz não ser possível a escrita de uma história da velhice, uma vez que o velho, enquanto categoria social, nunca interveio no percurso do mundo. Essa ideia pode ser afirmada se tomarmos como base os altos índices de analfabetismo entre idosos.

Historicamente, não era interessante alfabetizar a população, e hoje, embora exista este interesse, o grupo social mais velho não é contemplado e ainda é tido como improdutivo: Enquanto conserva uma eficácia, ele [o velho] permanece integrado à coletividade e não se distingue dela: é um adulto macho de idade avançada. Quando perde suas capacidades, aparece como outro; torna-se então, (...) um puro objeto; (...) não serve para nada: nem valor de troca, nem reprodutor, nem produtor, não passa de uma carga. (BEAUVOIR, 1990, p. 110).

O preconceito contra os idosos é agravado hoje com a supervalorização da juventude, o que acaba por aumentar o preconceito e o desprezo em relação à velhice. Os estereótipos compassivos acabam por acarretar em práticas e políticas protecionistas para este segmento da população, o que, longe de ajudá-los, contribuem “para a criação e o fortalecimento de novas

avaliações negativas e de novos estereótipos, prejudiciais aos seus interesses.” (NERI, 2007, p. 38).

Nas sociedades modernas, o papel dos idosos vinha sendo seriamente comprometido, uma vez que diante do paradigma da produtividade o idoso aposentado não tinha mais valor, resultado de uma cultura social que não conseguiu lhes oferecer um papel interessante e estimulante quando saíram da vida produtiva. Atualmente, percebe-se uma mudança de paradigma, com uma crescente importância do homem econômico. A participação na sociedade acontece por meio do consumo, e não mais tão fortemente pelo trabalho, conforme assinala Doll (2008), o que nos leva à necessidade de educar os idosos para um consumo consciente, orientá-los e ajudá-los na busca pela significação para a própria vida.

É preciso ver a velhice como um processo natural e significativo na evolução humana, e não como o fim da vida de um indivíduo considerado agora como inútil. Deve-se ressignificar o conceito de velhice de modo que os preconceitos sofridos por este segmento sejam superados e que seja incentivada e promovida sua inserção na sociedade, priorizando a escolarização como um dos meios imprescindíveis.

3.6 Velhice e educação

A velhice é, de acordo com STANO (2001, p.163), um período singular da vida humana, marcada por mudanças biológicas, sociais e econômicas, o que exige da Educação que esta contribua para a redefinição do projeto de vida, de homens e mulheres velhos.

Às rugas e ao corpo gasto pelos anos, soma-se o desafio da vida que pulsa e se nega a calar. Dar vozes às falas e dar espaço aos corpos são próprios de um trabalho educativo (STANO, 2001, p. 156). Neste sentido, um trabalho educativo, voltado para a população idosa, deve dar voz a este segmento para que possa atuar e participar ativamente na sociedade, propiciando aos idosos o protagonismo de suas próprias vidas e combatendo os preconceitos que acometem esta faixa etária.

Com a promulgação do Estatuto do Idoso (Lei n 167 10.741, de 1º de outubro de 2003), o Estado formulou políticas públicas para os idosos, que na ocasião eram 16,7 milhões de pessoas, totalizando 9,6% da população. A tendência de crescimento desse segmento é perceptível e indiscutível, principalmente pela queda da fecundidade e diminuição da mortalidade. Essa população precisa, portanto, ser atendida nas suas necessidades, dentre elas a educação, prevista nos artigos 20 e 21 do Estatuto do Idoso, que especificam os direitos dos idosos no capítulo V “Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer”.

Estes artigos apontam o direito e a garantia de acesso dos idosos à educação contando inclusive com a adequação dos currículos para atendê-los, mas não abordam a possibilidade de cursos de alfabetização para aqueles que não puderam ter essa habilidade desenvolvida na idade prevista na lei. O índice de analfabetismo no Brasil ainda impõe a necessidade da existência de programas que atendam essa população para que se promova a inclusão dos idosos, na condição de sujeitos letrados, como cidadãos na defesa dos seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de Educação que os seus resultados tem passado despercebidos pelos olhares da sociedade, no entanto é nesse contexto que estão os jovens, adultos e principalmente idosos que são o objeto de nosso estudo, que por algum motivo não tiveram oportunidade de frequentar a escola na faixa etária apropriada.

Essa condição não os impossibilita de serem sujeitos de direitos, demandando assim uma educação de qualidade. Isso exige do estudante, principalmente do idoso, muita determinação e organização, pois, eles veem o estudo como uma oportunidade única, de serem pessoas ainda melhores, participantes da sociedade, atuantes e autônomas da sua própria vontade. Podem dar exemplo aos filhos e netos, pois ocorre que como eles não estudaram, seus filhos também não eram motivados para estudar, e os filhos dos seus filhos também não, e agora poder orientá-los numa simples tarefa de casa, é muito gratificante.

Eles sabem que ao dedicar seu tempo aos estudos, eles podem ter uma vida mais digna, com mais qualidade e podem se afirmar como cidadão.

A condição da falta de domínio da leitura e escrita coloca o idoso numa situação de inferioridade, na qual eles não querem e nem precisam permanecer porque as exigências da sociedade contemporânea e do mundo globalizado, cria no idoso o desejo de aprender a ler e escrever, a fim de que ele possa realizar com mais autonomia atividades do cotidiano, como ler a receita médica, anotar as receitas de seus pratos favoritos, assinar seu nome, tomar o ônibus sozinho.

A partir do momento que estes sujeitos frequentam a escola, podem ter acesso à conhecimentos que facilitam o seu cotidiano, seja através do aprimoramento da escrita, das operações matemáticas ou de conhecimentos sobre o mundo atual e de novas tecnologias, levando-os a sentir-se incluídos nessa sociedade.

O ser humano constitui-se de aspectos de natureza biológica, social, afetiva e histórica. Estes inúmeros fatores precisam ser levados em conta no ato educativo, principalmente se tratando dos Idosos, estes devem ser valorizados ainda em maior amplitude, pois estes indivíduos vêm para a escola com experiências adquiridas fora desse ambiente e no decorrer de sua vida, devem contar com professores qualificados e, que participam efetivamente do processo ensino-aprendizagem que, pela idade ocorre com mais dificuldade, proporcionando que ao tomar a decisão de retomar os estudos, este permaneça na escola, independente das dificuldades que lhe foram impostas pela vida e que podem fazê-los desistirem, tais como: cansaço natural da idade, a responsabilidade dos afazeres domésticos, o cuidar dos netos,

visto que isso é muito comum, os filhos trabalham fora e deixam os netos aos cuidados dos avós e ainda os problemas de saúde que são inerentes desta fase da vida.

Como diz Paulo Freire, “a educação é um ato político”. O professor deve conscientizar seus alunos, de maneira que ensine a leitura do mundo e a leitura da palavra dialeticamente, instrumentalizando-os para que façam uma leitura crítica tanto dos textos escritos, quanto da realidade.

O trabalho pedagógico deve ter como principal meta desenvolver a percepção e o pensamento crítico considerando a cultura na qual todos estão inseridos como seres humanos que são agentes transformadores do mundo.

Concluimos então, que a Educação de Jovens e Adultos tem atendido às expectativas dos alunos com idade de 60 anos ou mais, visto que se percebe a participação dos idosos enquanto cidadãos, o aumento da sua autoestima, a partir do momento em que ele pode continuar seus estudos e perceber que pequenas coisas que faziam parte do seu dia a dia, e que ele não conseguia realizar, como assinar o seu nome em um documento até a autonomia de ler aquilo que quer sem precisar de ajuda.

Os idosos devem ter oportunidades para se educar. Frequentar os cursos de EJA para muitos resultou numa mudança significativa na socialização. Conseguem, também, se expressar melhor oralmente e conversar com outras pessoas, conquistaram novos amigos nas instituições que frequentam - fator de extrema importância para a maior parte deles, que vivem sozinhos e longe da família

Entre tantos benefícios, a Educação de Jovens e Adultos tem promovido justiça social entre os alunos da terceira idade, resgatando o seu tempo perdido, e dando-lhes mais dignidade como cidadãos, participantes da sociedade.

O direito à educação assegura aos idosos outros direitos fundamentais, como o direito à vida, à subsistência e à dignidade, pois como vimos ao longo deste trabalho, a educação garante não só um lugar no mercado de trabalho, mas também a inserção e participação na sociedade, além de propiciar aos educandos liberdade, autonomia, independência e autoestima.

Assim, a presente pesquisa contribui para implementação de programas educacionais que atendam às expectativas e necessidades dos idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/PE, São Paulo/SP: Massangana: Cortez, 2000.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARANHA, Maria. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARROYO, Miguel. "Educação básica, profissional e sindical: um direito do trabalhador, um desafio para os sindicatos" In: *Educação de jovens e adultos: relatos de uma nova prática* Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 1996.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice: realidade incômoda* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRASIL. *Constituição Federativa*, Brasília/DF, 1988.

CALDART, Roseli. "Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção" In: M. Arroyo, R. Caldart, M. Molina (orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBERT, Guita. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento* São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO Jr., José. "O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização" In: *Texto para discussão* n. 688, Brasília/DF: IPEA, 1999.

DIAS, Edmundo. "A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização", *Textos Didáticos* IFCH-UNICAMP, n. 29, 1999.

DUBAR, Claude. *La socialisation: construction des identites sociales et professionnelles* Paris: A. Colin, 1995.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia* Lisboa: Edições 70, 2001. *Estatuto do Idoso - Lei 10.741*, de 2003.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes* São Paulo: Globo, 2008.

FERRARO, Alceu. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.

Fundação Perseu Abramo. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª idade*. Resultado da pesquisa publicado em 07/05/2007.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais do educador* Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IBGE. Censo 2000 e 2010.

_____. PNAD 2007 e 2001.

_____. Anuário Estatístico da Bahia, 2009.

INEP. Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília/DF, 2003.

_____. Panorama da educação do campo. Brasília/DF, 2007.

LDB. Lei n. 9394, de 1996.

MARX, Karl. *O capital* Vol 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MORAES, Carmen. *Diagnóstico da formação profissional - Ramo metalúrgico*. São Paulo: Artchip, 1999, p. 15-27.

MOTTA, Alda. "A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento". *Revista Sociedade e Estado*, Departamento de Sociologia da UnB, Brasília/DF, vol. 25, n. 2, maio/agosto, 2010, p. 225-250.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003.

PARANHOS, Michelle. "A política educacional para a formação dos trabalhadores e a especificidade do projeto capitalista brasileiro: o ideário educacional em função da (des)qualificação do trabalho" *Revista Educação Profissional*, Faculdade SENAC, Brasília/DF, vol. 36, n. 2, maio/agosto, 2010, p. 33-49.

PERES, Marcos. "A educação de jovens e adultos e o analfabetismo entre idosos no semi-árido nordestino: velhice e exclusão educacional no campo" *Revista de Educação e Ciências Humanas*, Belo Horizonte/MG, n. 10, ano V, out, 2009.

_____. "A andragogia no limiar da relação entre velhice, trabalho e educação". *Revista História Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)*, da Faculdade de Educação da UNICAMP, n. 20, dez., 2005, p. 20-27.

_____. "Empregabilidade versus envelhecimento: Qualificação, competência e discriminação por idade no trabalho". *Revista de Educação Pública*, Cuiabá/MT: EDUFMT, v. 13, n. 24, jul./dez., 2004, p. 94-110.

PINTO, Álvaro. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

ROMÃO, José. "Educação de jovens e adultos: problemas e perspectivas" In: M. Gadotti, J. Romão. *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2007.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. *Reorganização da EJA: Educação de Jovens e Adultos*, 2008.

VEIGA, José. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VENÂNCIO, João. "A educação de jovens e adultos na primeira etapa do ensino fundamental no município do Marília/SP" In: *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*, da Faculdade de Ciências Humanas de Garça, ano V, n. 10, jul, 2007.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1987.